



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|---|----------|
| 1 | ETIQUETA |
|---|----------|

| | |
|------------|------|
| 2 | DATA |
| 26/09/2016 | |

| | |
|--|------------|
| 3 | PROPOSIÇÃO |
| Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016 | |

| | |
|----------------------------------|-------|
| 4 | AUTOR |
| Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR | |

| | |
|-----|---------------|
| 5 | N. PRONTUÁRIO |
| 454 | |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|----|--------------------------|-----------|----|--------------------------|--------------|----|--------------------------|--------------|----|-------------------------------------|---------|----|--------------------------|---------------------|
| 6 | | | | | | | | | | | | | | |
| 1- | <input type="checkbox"/> | SUPRESIVA | 2- | <input type="checkbox"/> | SUBSTITUTIVA | 3- | <input type="checkbox"/> | MODIFICATIVA | 4- | <input checked="" type="checkbox"/> | ADITIVA | 9- | <input type="checkbox"/> | SUBSTITUTIVO GLOBAL |

| | | | | |
|---|--------|-----------|--------|--------|
| 0 | ARTIGO | PARÁGRAFO | INCISO | ALÍNEA |
|---|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Propõe-se a inclusão do seguinte artigo na Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016, de 2016

Art. Os incisos II e III art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências”, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4o As contratações serão feitas por tempo determinado, observados os seguintes prazos máximos:

.....



II - 1 (um) ano, nos casos dos incisos III, das alíneas d e f do inciso VI e do inciso X do caput do art. 2º;

III - 2 (dois) anos, nos casos do inciso IV e das alíneas b, e e m do inciso VI do art. 2º ;

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A lei 8.745 de 9 de dezembro de 1993, dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal. A legislação vigente comete grande injustiça com os professores visitantes brasileiros ao dar tratamento diferenciado no prazo de contratação de professores pesquisadores estrangeiros e brasileiros. A legislação atual permite que o professor pesquisador brasileiro seja contratado por um ano prorrogável por mais um, e no caso do professor estrangeiro permite que seja contratado por quatro anos improrrogáveis. O presente projeto visa corrigir a injustiça cometida em 1993 quando o legislador não se atentou ao tratamento diferenciado dado nas duas hipóteses

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares à presente Emenda.

ASSINA

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

